

A POLITIZAÇÃO DO DISCURSO EVANGÉLICO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE AS ELEIÇÕES DE 2018 E 2022

Calebe Silva de Carvalho¹

Joscimar Souza Silva²

Resumo: Este artigo analisa comparativamente a politização de discursos de lideranças evangélicas conservadoras nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022. Parte-se do reconhecimento de que o campo evangélico brasileiro é heterogêneo, composto por protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais, bem como por atores conservadores, moderados e progressistas. O foco recai, contudo, sobre lideranças conservadoras de alta visibilidade pública, cuja atuação mobilizou valores morais, referências religiosas e enquadramentos políticos associados ao bolsonarismo. A hipótese sustentada é que, entre 2018 e 2022, não houve ruptura completa, mas continuidade e amadurecimento político do discurso evangélico conservador: em 2018, predominou a mobilização moral do voto, articulada ao antipetismo e à defesa de costumes; em 2022, essa gramática passou a operar de modo mais explícito, defensivo e identitário, orientada à legitimação do governo Bolsonaro, à denúncia de ameaças institucionais e à intensificação da polarização. Metodologicamente, o estudo adota análise qualitativa de conteúdo de publicações e vídeos veiculados no Instagram e no YouTube durante o período eleitoral oficial de 2018 e 2022, organizados em corpus rastreável e codificados por categorias temáticas. Os resultados indicam que a atuação discursiva dessas lideranças contribuiu para a sacralização da política, para a construção de inimigos simbólicos e para a reconfiguração da relação entre religião, bolsonarismo e democracia no Brasil contemporâneo.

Palavras-chave: Evangélicos; Religião e Política; Bolsonarismo; Conservadorismo Moral; Eleições.

THE POLITICIZATION OF EVANGELICAL DISCOURSE IN CONTEMPORARY BRAZIL: A COMPARATIVE ANALYSIS OF THE 2018 AND 2022 ELECTIONS

Abstract: This article comparatively analyzes the politicization of the discourse of conservative evangelical leaders during the 2018 and 2022 Brazilian presidential elections. It begins from the recognition that the Brazilian evangelical field is

¹ Graduando em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: calebescb@gmail.com

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor no Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília e membro da Diretoria da Associação Brasileira de Pesquisadores Eleitorais. Coordena o grupo de pesquisa Informação Pública e Eleições, na UnB. E-mail: joscimar.silva@unb.br

heterogeneous, encompassing historical Protestants, Pentecostals, and Neo-Pentecostals, as well as conservative, moderate, and progressive actors. The analysis, however, focuses on highly visible conservative leaders whose public interventions mobilized moral values, religious references, and political frames associated with Bolsonarism. The central hypothesis is that, between 2018 and 2022, there was no complete rupture but rather continuity and political maturation in conservative evangelical discourse. In 2018, the discourse was predominantly characterized by the moral mobilization of voters, articulated around anti-Workers' Party (anti-PT) sentiment and the defense of traditional values. By 2022, this discursive framework had become more explicit, defensive, and identity-driven, aimed at legitimizing the Bolsonaro administration, denouncing perceived institutional threats, and intensifying political polarization. Methodologically, the study employs qualitative content analysis of posts and videos published on Instagram and YouTube during the official electoral campaigns of 2018 and 2022. The material was compiled into a traceable corpus and coded according to thematic categories. The findings indicate that the discursive practices of these leaders contributed to the sacralization of politics, the construction of symbolic enemies, and the reconfiguration of the relationship between religion, Bolsonarism, and democracy in contemporary Brazil.

Keywords: Evangelicals; Religion and Politics; Bolsonarism; Moral Conservatism; Elections.

1 INTRODUÇÃO

A presença dos evangélicos no espaço público brasileiro tornou-se um dos fenômenos mais relevantes para a compreensão da política contemporânea. No Brasil, a categoria “evangélicos” não designa um bloco homogêneo. Ela reúne protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais, além de igrejas, lideranças e fiéis com diferentes formas de inserção social e política. Essa heterogeneidade é decisiva para evitar generalizações indevidas: há evangélicos conservadores, moderados e progressistas, assim como há diferentes modos de compreender a relação entre fé, cidadania e Estado laico.

Historicamente, a expansão evangélica esteve associada a transformações demográficas, urbanas, midiáticas e institucionais. Segundo o Censo de 2010, os evangélicos passaram de 6,6% da população em 1980 para 22,2% em 2010, tornando-se o segmento religioso que mais cresceu no período intercensitário (IBGE, 2012). Os dados do Censo Demográfico de 2022, divulgados pelo IBGE em 2025, indicaram nova ampliação: a população evangélica passou de 21,6% das pessoas de 10 anos ou mais em 2010 para 26,9% em 2022, correspondente a 47,4 milhões de pessoas (IBGE, 2025). Esses dados ajudam a compreender o porquê de o campo evangélico se tornar ator relevante na disputa pública brasileira.

A inserção evangélica na política, entretanto, não começou com o bolsonarismo. A presença de parlamentares e lideranças religiosas ganhou visibilidade especialmente a partir da redemocratização e da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988. Freston (1993) já demonstrava que a presença protestante e evangélica na política brasileira se estruturou gradualmente por meio de aprendizado institucional, ocupação parlamentar e construção de estratégias eleitorais. Naquele momento, a mobilização evangélica estava fortemente orientada à proteção da liberdade religiosa e à afirmação institucional de um grupo historicamente minoritário. Ao longo das décadas seguintes, essa atuação se diversificou: surgiram bancadas parlamentares, redes midiáticas próprias e formas de mobilização eleitoral ancoradas em pautas morais e identitárias (Freston, 1993; Mariano, 1999; Cunha, 2020).

A partir dos anos 2000 e, com maior intensidade, da década de 2010, parte expressiva das lideranças evangélicas de projeção nacional passou a articular religião, conservadorismo moral e disputas eleitorais. Temas como família, sexualidade, gênero, aborto, educação e liberdade religiosa adquiriram centralidade em discursos públicos que apresentavam a política como campo de defesa de valores cristãos. Almeida (2019) interpreta esse processo como parte da articulação entre evangélicos e conservadorismo na crise brasileira, destacando que nem todos os conservadores são evangélicos e nem todos os evangélicos são conservadores, mas que certos segmentos evangélicos participaram, com diferentes intensidades, da chamada onda conservadora.

As eleições presidenciais de 2018 e 2022 constituem momentos privilegiados para observar esse processo. Em 2018, a candidatura de Jair Bolsonaro articulou conservadorismo moral, antipetismo e discurso antissistêmico, encontrando forte ressonância em setores evangélicos conservadores. Pesquisa Datafolha, realizada no segundo turno de 2018, apontou Bolsonaro com 71% dos votos válidos entre eleitores evangélicos contra 29% de Fernando Haddad (Datafolha, 2018). Em 2022, esse alinhamento permaneceu relevante: Krause, Telles, Souza Silva e Camargos (2025), a partir de diferentes surveys eleitorais, indicam que Bolsonaro obteve maioria entre eleitores evangélicos no primeiro e no segundo turnos, o que reforça a importância de analisar não apenas o voto, mas também os enquadramentos morais e político-teológicos que sustentaram essa adesão.

Neste artigo, o termo “conservador” é utilizado como categoria analítica e não como adjetivo genérico. Ele se refere a discursos e aos atores que defendem a preservação de valores morais tradicionais, especialmente em temas ligados à família, sexualidade, gênero, religião e educação, além de se posicionarem em oposição a agendas associadas à esquerda política, aos movimentos feministas e às pautas LGBTQIA+. Essa delimitação não autoriza tratar “os evangélicos” como bloco único: o foco da análise recai especificamente sobre quatro lideranças evangélicas conservadoras de alta visibilidade pública: Silas Malafaia, Marco Feliciano, Edir Macedo/Igreja Universal do Reino de Deus e R. R. Soares/Igreja Internacional da Graça de Deus.

A escolha desses casos se justifica por três razões. Em primeiro lugar, trata-se de lideranças com autoridade religiosa formal e capacidade de circulação pública nacional.

Em segundo lugar, os quatro casos combinam presença midiática, atuação institucional ou influência sobre redes religiosas que ultrapassam a comunidade local. Em terceiro lugar, a seleção de pastores e lideranças eclesiais, e não de artistas gospel ou influenciadores digitais, decorre do objetivo do artigo: analisar como a autoridade religiosa organizada foi mobilizada para legitimar preferências eleitorais e enquadramentos bolsonaristas. Assim, o trabalho não pretende mapear todo o universo evangélico digital, mas compreender como lideranças pastorais de grande visibilidade atuaram na mediação entre fé, voto e política nacional.

A hipótese central do artigo é que, entre 2018 e 2022, não ocorreu uma ruptura completa, mas um processo de continuidade e amadurecimento político do discurso evangélico conservador. Em 2018, esse discurso operou principalmente como mobilização moral do voto, articulando defesa de costumes, antipetismo e rejeição às pautas progressistas. Em 2022, a mesma gramática moral passou a assumir função mais explícita de defesa identitária e legitimação política do governo Bolsonaro, intensificando a polarização e contribuindo para a sacralização do conflito político.

A partir de uma análise qualitativa de conteúdo de publicações no Instagram e vídeos no YouTube dessas quatro lideranças durante o período eleitoral oficial de 2018 e 2022, o artigo busca responder à seguinte questão: de que modo os discursos dessas lideranças se transformaram entre as eleições presidenciais de 2018 e 2022, e quais efeitos essa transformação produziu na relação entre religião, bolsonarismo e democracia no Brasil contemporâneo?

2 EVANGÉLICOS, PLURALIDADE RELIGIOSA E CONSERVADORISMO POLÍTICO NO BRASIL

2.1 QUEM SÃO OS EVANGÉLICOS NO BRASIL?

Os evangélicos brasileiros compõem um campo religioso plural. Em linhas gerais, a literatura costuma distinguir protestantes históricos, pentecostais e neopentecostais. Os protestantes históricos chegaram ao Brasil sobretudo por missões e imigração, com denominações como presbiterianos, batistas, metodistas, luteranos e congregacionais. Os pentecostais, por sua vez, destacam-se pela ênfase nos dons do Espírito Santo, na cura, na glossolalia e na experiência religiosa direta. Já o neopentecostalismo, associado a igrejas como a Igreja Universal do Reino de Deus, intensificou a presença midiática, a

teologia da prosperidade, a guerra espiritual e a ocupação de espaços públicos (Mariano, 1999).

Essa diversidade interna é importante porque impede a identificação automática entre evangélicos e conservadorismo político. Há lideranças evangélicas vinculadas à defesa de direitos humanos, justiça social, combate ao racismo, políticas de inclusão e crítica ao autoritarismo. Abers, Silva e Tatagiba (2022), ao analisarem os ativismos evangélicos progressistas, mostram que evangélicos progressistas participaram das lutas contra a ditadura e seguiram disputando suas igrejas e a esfera pública em defesa da democracia e dos direitos humanos. Burity (2021) também observa que a agência religiosa na política brasileira não se reduz ao registro conservador, pois envolve disputas internas, expressões progressistas e rearticulações diante do governo Bolsonaro. Portanto, a análise se limita a um subconjunto específico: lideranças evangélicas conservadoras com grande visibilidade pública e atuação político-eleitoral.

A passagem de uma atuação predominantemente defensiva para uma atuação mais ofensiva e programática ocorreu de forma gradual. A partir da Constituinte de 1987-1988, os evangélicos ampliaram sua presença institucional; nas décadas seguintes, consolidaram redes parlamentares e midiáticas; e, no século XXI, passaram a disputar mais diretamente os sentidos da moral pública. Freston (1993) é referência fundamental para compreender essa trajetória de inserção política evangélica no Brasil, enquanto Machado e Burity (2014), ao analisarem a ascensão política pentecostal, mostram que essa presença se consolidou, por meio de aprendizado institucional, formação de lideranças e crescente capacidade de incidência pública. Esse percurso não elimina a pluralidade do campo, mas ajuda a explicar por que determinados atores religiosos adquiriram capacidade de influenciar agendas eleitorais e percepções políticas.

2.2 CONSERVADORISMO EVANGÉLICO: DEFINIÇÃO CONCEITUAL E DELIMITAÇÃO ANALÍTICA

O conservadorismo político pode ser entendido, de modo geral, como uma tradição que valoriza ordem social, autoridade, continuidade institucional, hierarquias morais e desconfiança em relação a mudanças percebidas como desestabilizadoras. Na formulação clássica de Bobbio (1995), a distinção entre direita e esquerda envolve

diferentes atitudes diante da igualdade, enquanto o conservadorismo tende a preservar hierarquias e formas tradicionais de organização social. No debate brasileiro recente, contudo, o conservadorismo analisado neste artigo é sobretudo moral e cultural: ele se organiza em torno da defesa da família heteronormativa, da oposição ao aborto, da rejeição a políticas de gênero e sexualidade, da crítica à esquerda e da denúncia de ameaças aos valores cristãos (Almeida, 2019; Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017).

No caso evangélico conservador, essa gramática adquire especificidade, porque articula referências bíblicas, autoridade pastoral e identidade religiosa à orientação política. Uma liderança é classificada aqui como conservadora não simplesmente por ser evangélica, mas porque mobiliza publicamente a religião para legitimar posições contrárias às agendas de gênero, aos direitos LGBTQIA+, à educação sexual, ao aborto e a projetos políticos identificados com o campo progressista. Assim, o conservadorismo evangélico é compreendido como uma forma de politização religiosa que transforma valores morais em critérios de escolha eleitoral.

Essa definição responde a uma exigência metodológica central: esclarecer em relação a que algo é conservador. No corpus analisado, o conservadorismo aparece em relação a três eixos principais: costumes, quando se opõe a pautas de gênero, sexualidade e aborto; identidade política, quando associa cristianismo a voto em candidatos de direita; e antagonismo, quando constrói a esquerda, o PT, o comunismo, a imprensa, o Supremo Tribunal Federal ou movimentos progressistas como ameaças aos cristãos.

Tabela 1 – Eixos do conservadorismo evangélico analisado

Eixo	Definição operacional	Indicadores discursivos
Costumes	Defesa de moral sexual e familiar tradicional	Família, aborto, casamento heterossexual, ideologia de gênero
Identidade religiosa	Associação entre fé cristã e posicionamento eleitoral	Cristão verdadeiro, valores bíblicos, voto consciente
Antagonismo político	Construção moral do adversário como ameaça	Esquerda, PT, comunismo, fechamento de igrejas, perseguição

Fonte: elaboração própria com base em Almeida (2019), Burity (2021), Bobbio (1995) e Vital da Cunha, Lopes e Lui (2017).

3 BOLSONARISMO, POPULISMO DE DIREITA E MORALIZAÇÃO DO CONFLITO POLÍTICO

O bolsonarismo pode ser compreendido como um fenômeno político que combina antipetismo, conservadorismo moral, retórica antissistêmica, militarismo, liberalismo econômico seletivo e construção de inimigos internos. Sua força não se explica apenas pela figura individual de Jair Bolsonaro, mas pela capacidade de organizar afetos políticos, ressentimentos sociais e narrativas morais em torno de uma oposição entre “o povo de bem” e seus adversários.

A literatura sobre populismo ajuda a interpretar esse processo. Laclau (2013) compreende o populismo como forma de construção de identidades políticas, por meio de fronteiras antagônicas. O antagonismo pode ser entendido como uma relação de rivalidade, oposição e incompatibilidade entre coletividades ou sistemas, que, quando se torna traço dominante do processo político, enfraquece a política como resolução não violenta de conflitos (García Beaudoux; D'adamo; Bruni, 2024). No caso brasileiro, essas fronteiras assumiram forte conteúdo moral e religioso. O “povo” passou a ser frequentemente representado como cristão, trabalhador, ordeiro e ameaçado por elites políticas, culturais e jurídicas. Seus adversários foram associados à corrupção, ao comunismo, à destruição da família e à perseguição religiosa.

Esse enquadramento aproxima o bolsonarismo da lógica da guerra cultural. Hunter (1991) empregou esse conceito para analisar conflitos estruturados em torno de valores morais considerados absolutos. No Brasil, a retórica da “ideologia de gênero”, do fechamento de igrejas, do comunismo e da ameaça à família funcionou como dispositivo de mobilização política, articulando medos sociais, convicções morais e repertórios religiosos já identificados em estudos sobre eleições anteriores (Vital da Cunha; Lopes; Lui, 2017; Souza Silva, 2024; Krause et al., 2025). Ao deslocar disputas eleitorais para o terreno da salvação moral, o discurso religioso conservador torna mais difícil reconhecer o adversário como legítimo.

A conexão entre bolsonarismo e lideranças evangélicas conservadoras deve, portanto, ser analisada como convergência discursiva e político-teológica. O bolsonarismo oferece a essas lideranças uma plataforma política para suas agendas morais; em contrapartida, elas oferecem legitimidade religiosa, capilaridade comunitária e enquadramentos simbólicos que ajudam a transformar preferências eleitorais em deveres morais. Krause, Telles, Souza Silva e Camargos (2025) argumentam que a extrema direita mobilizou evangélicos não apenas eleitoralmente, mas também

ideologicamente, por meio de propostas políticas e de um discurso moral-teológico. Esse processo não elimina interesses institucionais, midiáticos e pragmáticos, mas os combina com narrativas de fé, ameaça e pertencimento.

4 METODOLOGIA

4.1 DESENHO DA PESQUISA

Este estudo adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo, com o objetivo de compreender os sentidos políticos produzidos por lideranças evangélicas conservadoras nas eleições presidenciais de 2018 e 2022. A escolha pela análise qualitativa justifica-se pela natureza do objeto: não se trata de medir estatisticamente o comportamento de todo o eleitorado evangélico, mas de interpretar enquadramentos morais, categorias simbólicas, formas de legitimação política e mudanças no uso público da linguagem religiosa em plataformas digitais.

A análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), permite identificar regularidades discursivas, categorias temáticas e deslocamentos semânticos em materiais textuais e audiovisuais. O procedimento adotado combinou categorias dedutivas, formuladas a partir da literatura sobre religião e política, populismo e conservadorismo, com categorias indutivas, identificadas durante a leitura do corpus composto por publicações do Instagram e vídeos do YouTube. Para tornar o percurso analítico verificável, a coleta foi registrada por liderança, ano, plataforma, link ou referência de acesso, data aproximada, trecho selecionado e categoria analítica.

4.2 CORPUS EMPÍRICO, CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E RASTREABILIDADE

O corpus empírico da pesquisa foi constituído por publicações no Instagram e vídeos no YouTube, veiculados durante os períodos eleitorais oficiais das eleições presidenciais de 2018 e 2022. Foram consideradas postagens, *reels*, vídeos, trechos de cultos publicados nas plataformas, entrevistas disponibilizadas em canais oficiais ou de grande circulação e manifestações públicas replicadas nessas duas plataformas. Como o estudo se concentra no discurso público digital, materiais jornalísticos e acadêmicos foram utilizados apenas como fontes auxiliares de checagem, datação e contextualização, não como substitutos do corpus principal.

A opção por lideranças pastorais e institucionais permite observar a mobilização pública da autoridade religiosa. Silas Malafaia foi selecionado por sua atuação midiática e por sua presença recorrente no debate político nacional; Marco Feliciano, por articular identidade pastoral e mandato parlamentar; Edir Macedo/IURD, por representar uma liderança neopentecostal com grande estrutura institucional e midiática; e R. R. Soares/IIGD, por combinar autoridade pastoral, presença televisiva e influência em redes evangélicas conservadoras. Essa escolha exclui deliberadamente artistas gospel e influenciadores digitais, porque o interesse do artigo está na mediação político-religiosa realizada por lideranças eclesiais com capacidade de orientação moral do voto.

Foram incluídos materiais que atendessem simultaneamente a cinco critérios: (a) publicação ou circulação no Instagram ou no YouTube; (b) circulação durante o período eleitoral oficial de 2018 ou de 2022; (c) autoria, protagonismo ou fala diretamente atribuível a uma das lideranças analisadas; (d) referência direta ou indireta à eleição presidencial, a Jair Bolsonaro, ao PT/Lula/Haddad, a pautas morais ou a instituições políticas; (e) disponibilidade pública no momento da coleta ou possibilidade de rastreamento por registro público. Foram excluídos materiais duplicados, cortes sem identificação mínima de autoria ou data, comentários de terceiros, conteúdos privados, publicações sem relação substantiva com a disputa eleitoral e materiais cujo sentido dependesse de edição não verificável.

Como o estudo se baseia em materiais públicos rastreáveis, foram mantidos apenas exemplos cujos autoria, data aproximada, plataforma de circulação ou registro jornalístico/acadêmico pudessem ser conferidos. A composição do corpus foi organizada a partir dos registros coletados no Instagram e no YouTube durante os períodos eleitorais oficiais, evitando-se a inclusão de falas sem identificação mínima de autoria, data ou contexto de circulação.

Ao final, o corpus empírico foi composto por 60 materiais públicos coletados no Instagram e no YouTube durante os períodos eleitorais oficiais: 15 materiais de Silas Malafaia (7 de 2018 e 8 de 2022), 15 de Marco Feliciano (8 de 2018 e 7 de 2022), 15 de Edir Macedo/IURD (7 de 2018 e 8 de 2022) e 15 de R. R. Soares/IIGD (8 de 2018 e 7 de 2022). No total, foram 30 materiais referentes a 2018 e 30 referentes a 2022. Essa distribuição permite comparação longitudinal entre lideranças e pleitos sem atribuir representatividade estatística ao corpus.

Tabela 2 – Composição do corpus empírico

Liderança	2018	2022	Total	Plataformas
Silas Malafaia	7	8	15	Instagram e YouTube
Marco Feliciano	8	7	15	Instagram e YouTube
Edir Macedo / IURD	7	8	15	Instagram e YouTube
R. R. Soares / IIGD	8	7	15	Instagram e YouTube
Total	30	30	60	Período eleitoral oficial

Fonte: elaboração própria. O corpus principal foi composto por materiais de Instagram e YouTube; fontes jornalísticas e acadêmicas foram usadas apenas para checagem, contextualização e rastreabilidade.

As buscas foram realizadas no Instagram e no YouTube, utilizando os perfis/canais oficiais das lideranças quando disponíveis e buscas combinadas por nome da liderança, ano eleitoral e palavras-chave. As combinações utilizadas foram: “Silas Malafaia Bolsonaro 2018”, “Silas Malafaia Bolsonaro 2022”, “Marco Feliciano Bolsonaro 2018”, “Marco Feliciano Bolsonaro 2022”, “Edir Macedo Bolsonaro 2018”, “Edir Macedo Bolsonaro 2022”, “R. R. Soares Bolsonaro 2018”, “R. R. Soares Bolsonaro 2022”, “evangélicos Bolsonaro”, “família”, “ideologia de gênero”, “comunismo”, “PT”, “Lula”, “Haddad”, “valores cristãos”, “perseguição religiosa”, “fechamento de igrejas”, “STF”, “urnas eletrônicas”, “esquerda”, “eleição 2018” e “eleição 2022”.

A planilha de organização do corpus foi estruturada com as seguintes variáveis: código do item; liderança; ano; data de publicação; plataforma; perfil ou canal; tipo de material; título ou descrição; link de acesso ou referência de rastreamento; duração, quando vídeo; trecho selecionado; categoria principal; categorias secundárias; presença de endosso eleitoral; menção a Bolsonaro; menção a PT/Lula/Haddad; menção a pautas morais; menção a inimigos simbólicos; menção a instituições; intensidade discursiva; observações analíticas. Essa estrutura buscou ampliar a transparência do percurso analítico e permitir que as inferências apresentadas nos resultados fossem vinculadas ao material analisado.

As categorias analíticas utilizadas foram: mobilização moral do voto; defesa política explícita; construção do inimigo simbólico; narrativa de perseguição religiosa;

crítica institucional; intensidade emocional do discurso; pragmatismo institucional; normalização conservadora. A codificação foi realizada por leitura sucessiva dos materiais, com registro dos trechos relevantes e comparação entre 2018 e 2022.

Tabela 3 – Categorias analíticas utilizadas na codificação

Categoria	Definição operacional
Mobilização moral do voto	Orientação eleitoral baseada em valores cristãos, família, costumes e rejeição a pautas progressistas
Defesa política explícita	Legitimação direta de Bolsonaro, de seu governo ou de sua candidatura
Inimigo simbólico	Construção moral do adversário como ameaça aos cristãos, à família ou ao país
Perseguição religiosa	Narrativa de que igrejas ou cristãos estariam sob risco institucional, legal ou cultural
Crítica institucional	Ataques ou suspeitas dirigidos a STF, imprensa, urnas, universidades ou órgãos públicos
Normalização conservadora	Apoio menos beligerante, mas favorável à associação entre fé evangélica e campo conservador

Fonte: elaboração própria com base na análise qualitativa de conteúdo.

4.3 VALIDADE INTERNA, RASTREABILIDADE E LIMITES DA PESQUISA

Para conferir validade interna à análise, adotaram-se procedimentos de rastreabilidade do corpus, explicitação dos critérios de inclusão e exclusão, registro sistemático dos materiais em planilha, codificação por categorias analíticas e comparação temporal entre 2018 e 2022. A replicabilidade, neste estudo, não significa reprodução estatística dos resultados, mas possibilidade de acompanhar o caminho analítico: quais materiais foram selecionados, por quais critérios, em qual período, em qual plataforma e sob quais categorias foram interpretados.

A triangulação contextual foi realizada em três movimentos. Primeiro, os materiais do Instagram e do YouTube foram comparados com registros jornalísticos ou acadêmicos quando havia dúvida sobre data, autoria ou circulação. Segundo os exemplos mobilizados nos resultados foram confrontados com as categorias analíticas previamente definidas, evitando que uma fala isolada sustentasse inferências gerais. Terceiro, a comparação entre lideranças e anos permitiu verificar se os padrões identificados apareciam como recorrências do corpus ou como casos pontuais.

Os limites da pesquisa decorrem do foco em lideranças nacionais e em materiais publicados ou circulantes no Instagram e no YouTube. Essa escolha permite captar discursos de grande circulação no ambiente digital, mas não esgota a diversidade interna

do campo evangélico, especialmente dinâmicas locais, igrejas menos midiáticas, lideranças evangélicas progressistas e interações fechadas em grupos privados. Também é necessário considerar que a disponibilidade desigual de vídeos e postagens pode afetar a comparação entre lideranças. Esses limites configuram limitações relevantes do desenho qualitativo: a pesquisa não possui validade externa ou estatística e não autoriza generalizações para todo o eleitorado evangélico. Sua validade é interna e interpretativa, dependente da coerência entre problema de pesquisa, seleção dos casos, organização do corpus, categorias analíticas e demonstração empírica das inferências.

5 RESULTADOS: CONTINUIDADES E DESLOCAMENTOS NO DISCURSO EVANGÉLICO CONSERVADOR

Esta seção discute os resultados empíricos à luz da fundamentação teórica já apresentada. A análise considera publicações no Instagram e vídeos no YouTube veiculados durante o período eleitoral oficial de 2018 e 2022, complementados por registros jornalísticos e acadêmicos apenas quando necessários para checagem de data, autoria e rastreabilidade. Para reduzir o risco de inferências genéricas, cada eixo interpretativo é acompanhado de exemplos de fala pública ou de registro empírico, com contexto, ano e categoria analítica. Os resultados mostram que os dois pleitos não devem ser lidos como polos separados por ruptura absoluta, mas como momentos de intensificação de uma mesma gramática moral: em 2018, predominou a mobilização moral do voto; em 2022, essa gramática foi reativada em chave defensiva, institucional e identitária.

5.1 MOBILIZAÇÃO MORAL DO VOTO E ANTIPETISMO EM 2018

Em 2018, o apoio de lideranças evangélicas conservadoras a Bolsonaro assumiu predominantemente a forma de mobilização moral do voto. O eleitor não era chamado apenas a escolher um programa de governo, mas a defender valores cristãos contra ameaças associadas à esquerda, ao PT, à “ideologia de gênero” e à destruição da família. Esse enquadramento ajuda a explicar por que a candidatura de Bolsonaro alcançou ampla vantagem entre eleitores evangélicos no segundo turno, conforme indicavam pesquisas Datafolha, divulgadas naquele período.

No caso de Silas Malafaia, os materiais de 2018 foram codificados predominantemente como mobilização moral do voto e construção do inimigo simbólico. A liderança aparece como intérprete religioso do conflito eleitoral, associando a rejeição ao PT e às agendas progressistas à defesa de valores cristãos. A relevância desse caso está no fato de Malafaia operar como pastor midiático: sua intervenção não se restringe ao púlpito, mas circula em redes sociais, entrevistas e canais digitais, convertendo pautas morais em orientação política.

Marco Feliciano, por sua vez, expressa, em 2018, a articulação entre autoridade religiosa e mandato parlamentar. Nos materiais analisados, sua atuação foi classificada como mediação institucional do discurso conservador, pois conecta a defesa de representantes cristãos, a crítica à esquerda e a oposição às pautas de gênero ao debate eleitoral. O caso é importante, porque mostra que a mobilização moral não se deu apenas por pastores midiáticos, mas também por lideranças que transitam entre igreja, parlamento e redes digitais.

Um exemplo direto aparece no apoio declarado de Edir Macedo. Em 29 de setembro de 2018, ao responder em seu perfil oficial no Facebook a um fiel que perguntava sobre seu posicionamento na eleição presidencial, Macedo respondeu simplesmente: “Bolsonaro” (Uol, 2018). A brevidade da resposta é relevante: ela indica um endosso direto, mas formulado como sinal de autoridade religiosa, sem necessidade de desenvolvimento programático. O trecho foi codificado como defesa política explícita e pragmatismo institucional.

R. R. Soares também declarou apoio a Bolsonaro em vídeo divulgado nas redes sociais em 5 de outubro de 2018. Segundo registros do Congresso em Foco e do Pleno.News, o líder afirmou: “Eu vou votar no Bolsonaro. Analisei todos os projetos e o dele é o melhor, principalmente em relação à ideologia de gênero”. No mesmo material, acrescentou que “estão tentando convencer meninos [de] que podem ser meninas, ou meninas [de] que podem ser meninos” e classificou essa possibilidade como “uma loucura” (Congresso em Foco, 2018; Pleno News, 2018). A fala foi codificada como mobilização moral do voto, pois desloca a escolha eleitoral para a defesa de uma ordem sexual e familiar tradicional.

A atuação midiática da Igreja Universal também indica esse padrão. Oliveira (2021), ao analisar o discurso eleitoral da IURD em 2018, observa que a defesa do voto

com “consciência cristã”, da família tradicional, da honra e da honestidade produzia apoio explícito a Bolsonaro mesmo quando seu nome não era citado diretamente. Esse tipo de formulação demonstra como o discurso religioso conservador podia orientar a preferência eleitoral por meio de códigos morais compartilhados, sem necessariamente operar como propaganda partidária direta.

Esses exemplos indicam que, em 2018, a função política central do discurso era construir uma equivalência entre voto conservador, defesa cristã da família e rejeição ao PT. Nos quatro casos, ainda que com estilos distintos, o bolsonarismo apareceu como alternativa moral diante de um inimigo simbólico associado à esquerda, ao comunismo, à corrupção e às pautas de gênero.

5.2 DEFESA IDENTITÁRIA E LEGITIMAÇÃO DO GOVERNO EM 2022

Em 2022, a gramática moral de 2018 não desapareceu; ela foi intensificada e reposicionada. Após quatro anos de governo, lideranças evangélicas conservadoras passaram a defender não apenas uma candidatura, mas um governo e um campo político. A eleição foi apresentada como disputa existencial pela preservação de valores cristãos e pela proteção do país contra ameaças institucionais, culturais e políticas.

A entrevista de Silas Malafaia à revista Veja, repercutida pelo Congresso em Foco em agosto de 2022, expressa esse deslocamento. Malafaia afirmou ser “impossível um cristão verdadeiro ser de esquerda” e vinculou essa impossibilidade à oposição entre fundamentos bíblicos, casamento heterossexual, valorização da vida, aborto e ideologia de gênero (Congresso em Foco, 2022). O trecho foi codificado como defesa identitária e construção do inimigo simbólico, pois transforma uma preferência político-ideológica em marcador de autenticidade cristã.

No mesmo contexto, Malafaia pediu orações por Bolsonaro e orientou cristãos a colocarem “valores, muito mais do que pessoas” na hora de votar (Congresso em Foco, 2022). Aqui, a liderança não apenas recomenda um candidato: ela enquadra a eleição como teste moral de fidelidade a valores bíblicos. O voto se torna extensão da identidade religiosa.

Outro exemplo de 2022 ocorreu na Marcha para Jesus no Rio de Janeiro. Em ato com Bolsonaro e Michelle Bolsonaro, Malafaia reproduziu suspeitas sobre as urnas eletrônicas, perguntando: “Se um hacker invadiu o Pentágono, o sistema de segurança

mais seguro do mundo, por que não podem invadir as urnas eleitorais do Brasil?” (Uol, 2022a). A fala foi codificada como crítica institucional e intensificação emocional, pois desloca a disputa eleitoral para a suspeição do processo democrático.

Marco Feliciano, por sua vez, mobilizou a narrativa de perseguição religiosa. Em agosto de 2022, ao tratar do boato de que Lula poderia fechar igrejas, afirmou que haveria risco de “perseguição” que poderia culminar no fechamento de igrejas. À reportagem do UOL, argumentou: “Existem muitas formas de se fechar uma igreja. Não necessariamente vir com fuzis e fechá-la. O governo pode fazer isso através de lei e impostos” (Uol, 2022b). O trecho foi codificado como perseguição religiosa e construção do inimigo simbólico, pois apresenta a candidatura adversária como ameaça à sobrevivência institucional das igrejas.

No caso de Edir Macedo/IURD, os registros de 2022 indicam alinhamento institucional mais cauteloso, mas ainda favorável ao bolsonarismo. Ao negar apoio a Lula e afirmar que seguia com Bolsonaro, Macedo reforçou uma modalidade de apoio menos beligerante do que a de Malafaia, porém relevante por sua dimensão institucional e midiática (Folha de S.Paulo, 2022a). O material foi classificado como pragmatismo institucional e defesa política, pois opera por sinalização de autoridade e não por confronto retórico direto.

Em relação a R. R. Soares/IIGD, o corpus de 2022 apresentou menor disponibilidade de materiais diretamente comparáveis, mas os registros públicos auxiliares indicam a permanência de um ambiente comunicacional favorável ao bolsonarismo. A denúncia de que a RIT, ligada ao grupo de R. R. Soares, teria favorecido Bolsonaro e constrangido trabalhadores durante o segundo turno de 2022 foi tratada como evidência contextual de alinhamento institucional, e não como prova direta de orientação pastoral individual (Folha de S.Paulo, 2022b). Esse cuidado reforça a distinção entre fala direta da liderança e contexto midiático associado ao seu grupo religioso.

A comparação com 2018 revela, portanto, um deslocamento de função. Se antes o discurso orientava moralmente o voto contra a esquerda, em 2022 ele também buscava proteger o governo Bolsonaro, questionar instituições e reforçar a ideia de que a derrota eleitoral equivaleria a ameaça aos cristãos. A mudança não foi homogênea entre as lideranças: Malafaia e Feliciano aparecem de modo mais confrontacional,

enquanto Macedo/IURD e R. R. Soares/IIGD operam com maior peso institucional e midiático.

5.3 CONSTRUÇÃO DO INIMIGO SIMBÓLICO: ESQUERDA, GÊNERO, COMUNISMO E INSTITUIÇÕES

A construção do inimigo simbólico é uma das regularidades mais fortes do corpus. Em 2018, o inimigo aparece principalmente como esquerda moralmente perigosa, associada a gênero, sexualidade, comunismo e corrupção. Em 2022, o inimigo se amplia: além da esquerda e do PT, passam a figurar instituições como Supremo Tribunal Federal, imprensa e sistema eleitoral, frequentemente apresentadas como obstáculos à vontade do povo cristão.

No caso de R. R. Soares, o inimigo simbólico aparece pela chave da “ideologia de gênero”, descrita como tentativa de convencer meninos de que podem ser meninas e meninas de que podem ser meninos. No caso de Malafaia, a oposição entre cristianismo e esquerda é formulada de modo mais direto: o “cristão verdadeiro” é colocado em contradição com uma ideologia que defenderia casamento gay, aborto e ideologia de gênero. No caso de Feliciano, o adversário aparece como potencial agente de perseguição religiosa, capaz de fechar igrejas por mecanismos legais ou tributários.

Essas formulações compartilham uma mesma lógica: a disputa política é apresentada menos como divergência legítima entre projetos democráticos e mais como confronto entre valores cristãos e forças ameaçadoras. A consequência é a redução do espaço simbólico para o dissenso. O adversário deixa de ser apenas adversário político e passa a ser descrito como ameaça moral, religiosa e institucional.

5.4 DIFERENÇAS ENTRE LIDERANÇAS: RADICALIZAÇÃO, PRAGMATISMO E NORMALIZAÇÃO CONSERVADORA

O corpus também revela diferenças internas entre as lideranças analisadas. Silas Malafaia apresenta o padrão mais confrontacional, combinando linguagem religiosa, ataque à esquerda, defesa explícita de Bolsonaro e crítica institucional. Marco Feliciano representa a parlamentarização do discurso religioso, articulando sua identidade pastoral ao mandato político e à circulação de narrativas de perseguição. Edir Macedo e a Igreja Universal operam de modo mais institucional e pragmático, por meio de sinais

de apoio, mídia própria e enquadramentos de “consciência cristã”. R. R. Soares expressa um conservadorismo moral mais direto em 2018, especialmente pela pauta da ideologia de gênero, e em 2022 aparece principalmente por registros associados ao ambiente midiático de sua igreja.

A heterogeneidade das estratégias não enfraquece a hipótese; ao contrário, mostra que o alinhamento evangélico conservador ao bolsonarismo não dependeu de um único estilo discursivo. Ele se deu por radicalização aberta, por institucionalização parlamentar, por pragmatismo midiático e por normalização moral. Essas modalidades diferentes convergiram para o mesmo efeito político: associar a defesa da fé cristã à defesa de um campo conservador liderado por Bolsonaro.

Tabela 4 – Síntese dos deslocamentos discursivos entre 2018 e 2022

Dimensão	2018	2022	Interpretação
Forma de apoio	Endosso moral e eleitoral	Defesa explícita e identitária	Continuidade com intensificação
Inimigo principal	PT, esquerda, gênero e comunismo	PT/Lula, STF, imprensa, urnas e ameaça institucional	Ampliação do antagonismo
Papel da liderança	Orientar moralmente o voto	Defender governo e mobilizar base	Amadurecimento político
Tom discursivo	Moralizante	Confrontacional e defensivo	Aumento da polarização

Fonte: elaboração própria.

6 DISCUSSÃO: RELIGIÃO, POPULISMO E LIMITES DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Os resultados apresentados indicam que a atuação de lideranças evangélicas conservadoras entre 2018 e 2022 não pode ser reduzida a apoio eleitoral circunstancial. Trata-se de uma forma de mediação simbólica na qual lideranças religiosas traduzem conflitos políticos em linguagem moral e espiritual. Essa tradução produz efeitos sobre o modo como a democracia é percebida, pois transforma adversários em ameaças e escolhas eleitorais em deveres religiosos.

A hipótese de continuidade e amadurecimento político mostra-se mais adequada do que a hipótese de ruptura. Em 2018, já estavam presentes os elementos centrais da gramática moral conservadora: defesa da família, oposição à ideologia de gênero, antipetismo e associação entre voto e valores cristãos. Em 2022, esses elementos foram intensificados e conectados à defesa de um governo, à crítica institucional e à narrativa de perseguição religiosa.

Esse processo dialoga com a literatura sobre populismo. Nos termos de Laclau (2013), o populismo constrói identidades políticas por meio de antagonismos. No caso analisado, o antagonismo é moralizado: o povo cristão é contraposto à esquerda, ao comunismo, às instituições suspeitas e aos agentes que ameaçariam a família. As lideranças evangélicas analisadas participam dessa construção ao oferecer autoridade religiosa para fronteiras políticas. A noção de antagonismo, nesse sentido, ajuda a compreender como a oposição política é deslocada para o registro da incompatibilidade moral (García Beaudoux; D'adamo; Bruni, 2024).

A noção de guerra cultural também é útil para interpretar os resultados. Hunter (1991) mostra que conflitos culturais podem ser estruturados em torno de valores considerados absolutos. Quando a eleição é enquadrada como defesa da fé, da família e da liberdade religiosa contra inimigos morais, a negociação democrática se torna mais difícil. O adversário deixa de ser alguém com quem se disputa legitimamente e passa a ser alguém cuja vitória representaria ameaça existencial.

O risco democrático desse processo está na sacralização da política. Burity (2021) chama atenção para o protagonismo de atores religiosos no governo Bolsonaro e para as disputas internas do campo evangélico. A sacralização ocorre quando escolhas seculares são revestidas de significado religioso, tornando a crítica política equivalente a ataque à fé. Esse processo dialoga com a dimensão moral-teológica destacada por Krause, Telles, Souza Silva e Camargos (2025), segundo a qual a extrema direita mobilizou setores evangélicos, por meio de propostas políticas e discursos capazes de articular religião, moralidade e comportamento eleitoral. Isso tensiona o pluralismo, porque reduz a legitimidade de perspectivas divergentes.

A laicidade do Estado não exige a exclusão da religião do espaço público. Em uma democracia plural, atores religiosos têm direito à participação política. O problema surge quando argumentos religiosos são utilizados para deslegitimar adversários, questionar instituições sem evidência ou apresentar uma candidatura como única opção compatível com a fé. Nesse caso, a presença pública da religião deixa de favorecer o pluralismo e passa a reforçar dinâmicas de polarização e fechamento identitário. Do ponto de vista da teoria democrática, a transformação do adversário em inimigo tensiona a lógica pluralista do dissenso legítimo (Mouffe, 2019) e se insere em um quadro mais amplo de crise democrática brasileira (Avritzer, 2019; Miguel, 2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou comparativamente discursos de lideranças evangélicas conservadoras nas eleições presidenciais brasileiras de 2018 e 2022, buscando compreender continuidades e deslocamentos na relação entre religião, bolsonarismo e democracia. A revisão conceitual permitiu delimitar o conservadorismo evangélico como articulação entre valores religiosos, defesa da família heteronormativa, oposição a pautas de gênero e sexualidade, crítica à esquerda e construção moral do adversário.

Os resultados indicam que, em 2018, predominou a mobilização moral do voto. Silas Malafaia e Marco Feliciano contribuíram para traduzir a disputa eleitoral em linguagem moral e religiosa, enquanto Edir Macedo/IURD e R. R. Soares/IIGD reforçaram, com estilos distintos, a associação entre Bolsonaro e a defesa de valores cristãos, especialmente família, honra, honestidade e oposição à ideologia de gênero. Em 2022, essa mesma gramática foi intensificada: Malafaia e Feliciano exemplificam a passagem para uma defesa mais explícita, identitária e confrontacional, enquanto Macedo/IURD e R. R. Soares/IIGD evidenciam formas mais institucionais e midiáticas de alinhamento conservador.

A principal contribuição do artigo está em demonstrar que a mudança entre 2018 e 2022 não deve ser compreendida como ruptura simples. O mais adequado é falar em continuidade com amadurecimento político. O discurso evangélico conservador já operava como mobilização moral em 2018; em 2022, passou a operar também como mecanismo de legitimação de governo, proteção identitária e intensificação da polarização.

As implicações democráticas são relevantes. Ao transformar adversários políticos em inimigos morais e ao apresentar escolhas eleitorais como imperativos religiosos, essas lideranças contribuem para reduzir o espaço do dissenso legítimo. A religião, quando mobilizada dessa forma, não apenas participa da política, mas reorganiza a política como batalha moral. Isso tensiona a laicidade, o pluralismo e a possibilidade de negociação democrática.

Por fim, o estudo aponta a necessidade de novas pesquisas sobre a diversidade interna do campo evangélico. Investigações futuras podem comparar lideranças

conservadoras e progressistas, analisar igrejas locais, examinar redes digitais e combinar métodos qualitativos e quantitativos. Compreender essa pluralidade é fundamental para evitar generalizações sobre “os evangélicos” e para avaliar de modo mais preciso o papel da religião na democracia brasileira contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Em nome de Deus: os ativismos evangélicos progressistas. In: TATAGIBA, Luciana; ALMEIDA, Debora Cristina Rezende de; LAVALLE, Adrian Gurza; SILVA, Marcelo Kunrath (org.). **Participação e ativismos: entre retrocessos e resistências**. Porto Alegre: Zouk, 2022. p. 157-182.

FRESTON, Paul. **Protestantismo e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment**. 1993. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GARCÍA BEAUDOUX, Virginia; D'ADAMO, Orlando J.; BRUNI, Leandro. Antagonismo. In: CRESPO MARTÍNEZ, Ismael (dir.) et al. **Diccionario enciclopédico de polarización política y emociones**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2024. p. 33-35. Acesso em: 11 jun. 2026.

KRAUSE, Silvana; TELLES, Helcimara de Souza; SOUZA SILVA, Joscimar; CAMARGOS, João C. L. Evangelicals and the Far Right in Brazil: Political Attitudes and Voting Decisions. **Revista Mexicana de Opinión Pública**, ano 20, n. 39, p. 13-42, jul./dez. 2025. Acesso: 11 junho de 2026.

SOUZA SILVA, Joscimar. Convicciones morales. In: CRESPO MARTÍNEZ, Ismael (dir.) et al. **Diccionario enciclopédico de polarización política y emociones**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2024. p. 75-77. Acesso: 11 junho de 2026.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/>. Acesso em: 19 maio 2026.

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

BURITY, Joanildo. The Brazilian Conservative Wave, the Bolsonaro Administration, and Religious Actors. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 3, e0005, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bpsr/a/K6WPj8yxktVRMQcqcxpWQFc/>. Acesso em: 19 maio 2026.

CONGRESSO EM FOCO. Líder da Igreja Internacional da Graça de Deus declara apoio a Bolsonaro. **Congresso em Foco**, 6 out. 2018. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/33118/lider-da-igreja-internacional-da-graca-de-deus-declara-apoio-a-bolsonaro>. Acesso em: 19 maio 2026.

CONGRESSO EM FOCO. É impossível um cristão ser de esquerda, diz Malafaia à revista. **Congresso em Foco**, 14 ago. 2022. Disponível em: <https://www.congressoemfoco.com.br/noticia/11257/e-impossivel-um-cristao-ser-de-esquerda-diz-malafaia-a-revista>. Acesso em: 19 maio 2026.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política no Brasil nas primeiras décadas dos anos 2000: o protagonismo dos evangélicos. **Fronteiras: Revista de Teologia da Unicap**, Recife, v. 3, n. 1, p. 40-65, 2020. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/1622>. Acesso em: 19 maio 2026.

DATAFOLHA. Evangélicos veem Bolsonaro como o mais autoritário e o que mais defende a democracia. **Folha de S.Paulo**, 18 out. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/evangelicos-veem-bolsonaro-como-o-mais-autoritario-e-quem-mais-defende-a-democracia.shtml>. Acesso em: 19 maio 2026.

HUNTER, James Davison. **Culture wars: the struggle to define America**. New York: Basic Books, 1991.

IBGE. Censo 2010: número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Agência IBGE Notícias**, 29 jun. 2012. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 17 maio 2026.

IBGE. Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. **Agência IBGE Notícias**, 6 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43593-censo-2022-catolicos-seguem-em-queda-evangelicos-e-sem-religiao-crescem-no-pais>. Acesso em: 19 maio 2026.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião, cultura e política. **Religião & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/6D8smMDxPsddMZqLj45vzgQ/>. Acesso em: 19 maio 2026.

MACHADO, Maria das Dores Campos; BURITY, Joanildo. A ascensão política dos pentecostais no Brasil na avaliação de líderes religiosos. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 601-631, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/9RpfDdGjSSGgtPHjGW97rPQ/>. Acesso em: 19 maio 2026.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2019.

MOUFFE, Chantal. **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

OLIVEIRA, Fábio Reis de Carvalho. O discurso eleitoral da Igreja Universal do Reino de Deus e a ascensão de Bolsonaro. **Plural**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 239-260, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/176735>. Acesso em: 19 maio 2026.

PLENO.NEWS. R. R. Soares declara apoio ao presidenciável Jair Bolsonaro. **Pleno.News**, 6 out. 2018. Disponível em: <https://pleno.news/brasil/eleicoes-2018/r-r-soares-declara-apoio-ao-presidenciavel-jair-bolsonaro.html>. Acesso em: 19 maio 2026.

PODERDATA. Bolsonaro tem 52% do voto evangélico; Lula tem 31%. **Poder360**, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-bolsonaro-tem-52-do-voto-evangelico-lula-tem-31/>. Acesso em: 19 maio 2026.

UOL. Edir Macedo declara apoio a Bolsonaro. **UOL Eleições 2018**, 30 set. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/09/30/edir-macedo-declara-apoio-a-bolsonaro.htm>. Acesso em: 19 maio 2026.

UOL. Em ato evangélico, Malafaia imita Bolsonaro e mente sobre urnas eletrônicas. **UOL**, 13 ago. 2022a. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/13/em-ato-evangelico-malafaia-repete-bolsonaro-e-questiona-seguranca-de-urnas.htm>. Acesso em: 19 maio 2026.

UOL. “Lula é cristão”: PT desmente fala de Feliciano de que esquerda fecha igrejas. **UOL Eleições 2022**, 15 ago. 2022b. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/08/15/lula-fechamento-igrejas-fake-news.htm>. Acesso em: 19 maio 2026.

VITAL DA CUNHA, Christina. Irmãos contra o Império: evangélicos de esquerda nas eleições 2020 no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 21, n. 39, p. 13-80, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/116028>. Acesso em: 19 maio 2026.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião, 2017. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/livro_religioao_e_politica_27_03.pdf. Acesso em: 19 maio 2026.

Aprovado em: 15 de junho de 2026

PARA CITAR ESTE ARTIGO:

ABNT

CARVALHO, Calebe Silva de; SILVA, Joscimar Souza. A politização do discurso evangélico no Brasil contemporâneo: uma análise comparativa entre as eleições de 2018 e 2022. **ZIZ: Revista Discente de Ciência Política**, v. 5, n. 1, e-005, 2026.

APA

Carvalho, C. S. de, & Silva, J. S. (2026). A politização do discurso evangélico no Brasil contemporâneo: Uma análise comparativa entre as eleições de 2018 e 2022. *ZIZ: Revista Discente de Ciência Política*, 5(1), e-005.

VANCOUVER

Carvalho CS, Silva JS. A politização do discurso evangélico no Brasil contemporâneo: uma análise comparativa entre as eleições de 2018 e 2022. *ZIZ Rev Discente Cienc Polit*. 2026;5(1):e-005.